## GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE COMISSÃO ESTADUAL DE CONTROLE AMBIENTAL

## DELIBERAÇÃO CECA Nº 6.587 DE 04 DE OUTUBRO DE 2022

# RECONHECE A APLICABILIDADE DA LEI ESTADUAL Nº 6.373/2012 E DETERMINA A APRESENTAÇÃO DE PCA E PRAD.

A Comissão Estadual de Controle Ambiental – CECA, da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro, em reunião de 04/10/2022, e no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Estadual nº 1.356, de 03/10/1988, pelo Decreto Estadual nº 21.287, de 23/01/95, pela Lei Estadual nº 5.101, de 04/10/2007, pelo Decreto Estadual nº 46.619, de 02/04/2019, e pelo Decreto Estadual nº 46.890, de 23/12/2019,

#### **CONSIDERANDO:**

- o que consta dos Processos nº SEI-070002/011666/2022 e nº SEI-070002/006287/2022, referentes ao requerimento de licenciamento ambiental da empresa JW BRASIL LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. para a atividade de extração de areia em cava molhada, localizada na Estrada RJ-099 nº 678, Piranema, Município de Itaguaí,
- a Lei Estadual nº 6.373, de 27/12/2012, alterada pela Lei Estadual nº 6.429/2013, de 05/04/2013, que dispõe sobre critérios gerais para licenciamento ambiental de extração de bens minerais de utilização imediata na construção civil,
- o Parecer Técnico Preliminar de Licença Ambiental Integrada LAI, da GELANI/DILAM/INEA,

### **DELIBERA**:

- **Art. 1º –** Reconhecer a aplicabilidade da Lei Estadual nº 6.373/2012 para a empresa JW BRASIL LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. para a atividade de extração de areia em cava molhada, localizada na Estrada RJ-099 nº 678, Piranema, Município de Itaguaí, determinando à mesma a apresentação de Plano de Controle Ambiental PCA e Projeto de Recuperação da Área Degradada PRAD.
- Art. 2° A empresa deverá requerer junto ao DRM o Certificado de Registro.
- **Art. 3° –** Encaminhar o processo ao INEA para o prosseguimento do licenciamento ambiental.
- **Art. 4º** Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 04 de outubro de 2022

MAURÍCIO COUTO CESAR JUNIOR Presidente

Publicada no Diário Oficial de 06/10/2022 - pág. 39